

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EDÉIA - GO**

**REF: 5126545-78.2023.8.09.0040**

**FORTALEZA AGRÍCOLA LTDA. ("FORTALEZA AGRÍCOLA")**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 08.728.058/0001-68, com sede e principal estabelecimento na Avenida Washington Luiz, s/nº, Quadra 03, Lote 03, Setor Estrela D'alva, na cidade de Edéia, Estado de Goiás, CEP: 75.940-000; **FORTALEZA PARTICIPAÇÕES LTDA ("FORTALEZA EIRELI")** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 24.991.328/0001-85, com sede na Avenida Washington Luiz, s/nº, Quadra 03, Lote 03, Setor Estrela D'alva, na cidade de Edéia, Estado de Goiás, CEP: 75.940-000; **FG5 COMÉRCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA. ("FG5")**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 19.376.822/0001-08, com sede na R 09, Chácara 19, Sala 02, Vila Operária, na cidade de Porangatu, Estado de Goiás, CEP: 76.550-000; e **VALDIRON EUGENIO DA SILVA ("VALDIRON")**, empresário rural inscrito no CNPJ sob o nº 49.787.331/0001-02, residente e domiciliado na cidade de Edéia, no Estado de Goiás, na Avenida Dom Pedro II, Qd. 14, Lt. 02, Setor Fênix, CEP 75.940-000, todos, em conjunto, como **"GRUPO FORTALEZA"** ou **"REQUERENTES"**, vêm, respeitosa-mente, à presença de V. Exa., por seus advogados, com fulcro nos arts. 3º, 47 e 48 da Lei nº 11.101/05 ("LREF") impetrar seu

**PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir apresentadas.

**1. DO HISTÓRICO DO GRUPO**

1. Conforme já narrado na petição de tutela cautelar em caráter antecedente, ora emendada por esta petição, o GRUPO FORTALEZA é o resultado do esforço e persistência do seu fundador, o sr. VALDIRON, a partir do seu desejo de contribuir para o

sucesso do agronegócio brasileiro, motivo pelo qual contar a história do GRUPO significa revisitar a trajetória pessoal do sr. VALDIRON.

2. No ano de 2002, por conta de sua graduação em Agronomia, o sr. VALDIRON teve que ir para a cidade de Edéia (GO) para cursar seu estágio obrigatório em uma empresa do ramo de Consultoria Agronômica, a SEMEAR, na área de assistência técnica. Em março daquele mesmo ano, o sr. VALDIRON recebeu uma oportunidade para trabalhar em outra grande empresa ligada ao Agronegócio, a Fertiagro, ao que debutou na área comercial, exercendo aquela atividade por praticamente um ano.
3. Após adquirir vivência em outros setores do agronegócio, bem como depois de firmar várias amizades em seu ramo de atividade, em 2004, o sr. VALDIRON decidiu empreender uma nova aventura, agora no plantio de soja. Na cidade de Edéia, juntamente com seu cunhado, começou o plantio em aproximadamente 60 hectares. Não demorou muito para aumentar a escala da plantação, passando a cultivar 500 hectares, agora com as pessoas que conheceu em seu estágio obrigatório, na SEMEAR, em terras arrendadas da Usina Denusa.
4. Sem deixar de lado seu interesse pela área comercial, o sr. VALDIRON passou a trabalhar na empresa Espaço Agrícola, empresa de Goiatuba (GO) que também tinha escritório na cidade de Edéia.
5. Em 2007, o avô do sr. VALDIRON lhe cedeu 53 hectares de terra na cidade de Arenópolis (GO), com a finalidade de que fossem utilizados como garantia junto a famosa empresa Bayer S/A, viabilizando, por isso, o início do seu próprio negócio.
6. Assim, por meio do *know-how* desenvolvido ao longo dos anos pelo sr. VALDIRON, em adição às amizades e parcerias firmadas durante o período em que trabalhou como vendedor, e os 53 hectares de terra que puderam ser ofertados em garantia, é que foi fundado o GRUPO FORTALEZA, especificamente em março de 2007, data da implementação da primeira loja do GRUPO.
7. Os resultados da empresa logo no primeiro ano foram animadores, posto que o GRUPO alcançou um faturamento de R\$

1.624.000,00. Acreditando no potencial agrícola do Centro-Oeste, o sr. VALDIRON decidiu ampliar a operação para outras localidades. Então, após ouvir falar muito bem da cidade de Padre Bernardo (GO), decidiu inaugurar ali a segunda loja do GRUPO FORTALEZA.

8. Ao chegar na cidade, percebeu que a região não possuía nenhuma revenda, vendo nisso uma grande oportunidade de negócio. Esse fato ficou confirmado com o faturamento da nova loja, pois chegou ao patamar de aproximadamente R\$ 5.000.000,00.
9. Juntamente com a revenda, o Sr. VALDIRON teve a ideia de iniciar, da mesma forma que fazia em Edéia, o plantio de soja em Padre Bernardo. Dessa maneira, parou de plantar em Edéia, onde plantava aproximadamente 500 hectares, migrando para a cidade de Padre Bernardo, onde, em 2009, arrendou uma área de aproximadamente 1.300 hectares pelo período de 8 anos.
10. Ainda naquele ano, em razão da alta no plantio, o Sr. VALDIRON decidiu ampliar a área de cultivo de soja, adquirindo aproximadamente 100 hectares na cidade de Padre Bernardo.
11. Como o negócio de plantio estava dando resultado, as ações seguintes consistiram na aquisição de novas áreas agrícolas, ao que se computa o total de mais de 266 hectares adquiridas para essa finalidade.
12. Em 2010, pensando em explorar ainda mais o Estado de Goiás, bem como expandir o negócio, o Sr. VALDIRON abriu uma nova unidade do GRUPO de revenda de produtos agrícolas, na cidade de Uruaçu (GO). Nessa época, o GRUPO FORTALEZA já empregava diretamente mais de 15 funcionários. O sucesso do empreendimento era incontestável. Nesse período, o faturamento do GRUPO já ultrapassava a marca de R\$ 50.000.000,00.
13. Com resultados impressionantes, em 2012, o sr. VALDIRON desejou explorar novas oportunidades em novos mercados e regiões mais promissoras, ao que inaugurou a primeira empresa do GRUPO FORTALEZA fora do estado de Goiás, na cidade de Gurupi (TO).

14. Depois do êxito no setor de revenda de produtos agrícolas e cultivo de soja, o sr. VALDIRON vislumbrou a existência de um vasto – e novo – mercado a ser explorado no interior de Goiás, na área de armazenagem de produtos. Assim, em novembro de 2013, criou a Fortaleza Armazéns, na cidade de Porangatu (GO), com capacidade de armazenamento de 30 mil toneladas. Também nesse ano, o GRUPO FORTALEZA abriu sua revenda na cidade de Alvorada (TO).
15. Em 2015, com a expansão do plantio em Tocantins, e com nova oportunidade de negócio, o Sr. VALDIRON resolveu vender as suas terras na cidade de Padre Bernardo e comprar terras na cidade de Figueirópolis (TO). Foram então adquiridos 1.435,06 hectares. Em 2016, o GRUPO FORTALEZA abriu sua revenda na cidade de Porto Nacional (TO).
16. Na safra dos anos de 2015 e 2016, por questões climáticas extremas, após uma seca muito grande, principalmente nos estados de Goiás e Tocantins, o negócio sofreu seu primeiro grande baque, pois houve uma queda na produção e no faturamento, bem como se teve o registro de inadimplência por grande parte dos clientes do GRUPO FORTALEZA.
17. Para se ter ideia, em 2018, ainda que o GRUPO tivesse atingido faturamento superior a R\$ 120 milhões, a inadimplência mantinha-se elevada, com o montante de R\$ 60 milhões em créditos não recebidos.
18. O GRUPO tentou receber a conta, chegando a fazer novos fornecimentos de mercadorias em safra posterior, no intuito de receber a conta atual e a conta em atraso, porém, o resultado foi o agravamento da inadimplência.
19. Inobstante a isso, imbuído de seu espírito empreendedor, buscando oportunidades nos setores mais promissores do mercado, o Sr. VALDIRON decidiu expandir sua atividade para uma nova localidade, na cidade de Tailândia (PA). A loja foi inaugurada em 2020.
20. Ao tempo da inauguração da nova loja no estado do Pará, sobreveio a pandemia do coronavírus (COVID-19), fazendo com que o GRUPO FORTALEZA, mesmo diante de todos os marcos alcançados e sua posição consolidada como um dos maiores

*players* dentro do agronegócio, enfrentasse grave crise financeira.

21. Como dito, com as secas ocorridas nas safras de 2015 e 2016, o agravamento das inadimplências, principalmente nas regiões de Padre Bernardo (GO) e Uruaçu (GO), e, ao fim, com os efeitos devastadores da pandemia de Covid-19, a operação do GRUPO, capital de giro e fluxo de caixa foram severamente prejudicadas, dando começo aos problemas para quitação de suas obrigações.
22. Diante desse cenário, o GRUPO se viu na necessidade de buscar novas linhas de financiamentos, recorrendo aos bancos, *facto-rings*, fundos e demais formas de financiamento. Todavia, essa estratégia desencadeou outros problemas financeiros, vez que, por conta de um atraso junto a bancos e fornecedores, o GRUPO realizou algumas negociações apenas para manter o funcionamento das atividades, chegando a pagar mais de R\$ 8.000.000,00 de juros para um único fornecedor, como forma de continuar o fornecimento. Em outra negociação, os juros compactuados ultrapassaram R\$ 5.000.000,00.
23. Nesse passo, o crescimento do faturamento era acompanhado de perto pelo aumento do custo dos produtos, das despesas financeiras e da inadimplência, fazendo com que o GRUPO começasse a ter dificuldades de honrar seus compromissos em dia.
24. A despeito disso, o GRUPO FORTALEZA, desde o início de suas atividades, desempenha um papel de destaque dentro da cadeia de produção agrícola brasileira, sendo um importante distribuidor de insumos da região, conhecida por ser pioneira do setor no norte de Goiás e sul do Tocantins.
25. Ao longo de sua existência, estabeleceu nove unidades de negócio, contando com quase cem colaboradores diretos, dentre os quais elencam-se os agrônomos responsáveis pelo acompanhamento técnico das lavouras de sua região de atuação.
26. Atuando com respeito, compromisso, transparência e competência, o GRUPO FORTALEZA, muito mais que um mero conglomerado voltado para o agronegócio, tornou-se um importante

vetor para o crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.

27. O tamanho e a importância do GRUPO FORTALEZA para o Brasil também pode ser mensurado pelos diversos postos de trabalho, diretos e indiretos, gerados, sem contar a intermediação com parceiros nacionais e internacionais, e o abastecimento de outros pequenos e médios empresários do ramo.

## 2. DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

28. A crise econômica vivenciada pelo GRUPO FORTALEZA pode ser sintetizada nos seguintes fatores:

- a. abertura de novos canais da Bayer S/A sem uma política clara de atuação;
- b. elevação dos custos financeiros;
- c. diminuição dos limites de crédito junto aos fornecedores;
- d. alta inadimplência dos clientes em decorrência dos problemas climáticos na safra de 2015/2016;
- e. alta inadimplência dos clientes na safra de 2019/2020 em decorrência de um problema grave na recomendação errônea de um produto (fertilizante) novo de um parceiro, a SUPERBAC;
- f. entrada de grandes fundos de investimentos, formando *big players* de mercado, dificultando o acesso aos clientes em razão da concorrência de preço;
- g. queda acentuada no faturamento;
- h. aumento expressivo no custo de produtos; e, por fim,
- i. a pandemia do coronavírus.

29. ABERTURA DE NOVOS CANAIS. Desde a fundação de sua primeira empresa, o GRUPO FORTALEZA teve como principal bandeira a Bayer S/A, que chegou a representar mais de 80% do faturamento em alguns períodos. Apesar da relevância desse parceiro, o GRUPO sempre sofreu a pressão de uma política de distribuição que, além de não valorizar o distribuidor, gerava



uma competição interna pela marca e, ainda, assolava as margens de boa saúde do negócio.

30. A Bayer ainda não tinha uma política de abertura de novos canais, dando margem à abertura desenfreada de concorrentes na mesma região de atuação, resultando na diluição da participação destes canais de distribuição na sua área de atuação. Como principal fornecedor, sempre exigiu muito no que tange ao cumprimento da política de distribuição que regia a parceria, com destaque para os seguintes pontos: (i) uma porcentagem mínima de faturamento de produtos Bayer; (ii) atuação do distribuidor sem poder expandir para outros municípios que não descritos na política de distribuição; (iii) vendas casadas de produtos; (iv) estoques altos sem política de recolhimento.
31. Assim, mantendo tal política de distribuição preservando unicamente seu interesse, a consequência foi a queda brusca nas margens do negócio do GRUPO FORTALEZA.
32. ELEVACÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS. Nos últimos anos, com a mudança no perfil dos limites de crédito dos parceiros do GRUPO FORTALEZA, a empresa passou a migrar para instituições financeiras para levantar os recursos para aquisição de insumos. Com isso, passou a ter o custo financeiro direto na operação, fato que até então não acontecia.
33. INADIMPLÊNCIA DOS CLIENTES. A safra 15/16 foi assolada por uma crise climática de stress hídrico que prejudicou a produção agrícola de todos os agricultores da carteira de atuação da empresa. Com quebra de produtividade ultrapassando o índice de 50%, o resultado foi um impacto direto no quesito contas a receber do GRUPO, sendo que nos referidos anos, a inadimplência atingiu o marco de quase 35% em sua carteira de clientes.
34. Na safra 19/20, o GRUPO FORTALEZA estabeleceu uma parceria com uma empresa produtora de fertilizantes, a SUPERBAC. Essa empresa desenvolveu um fertilizante organo-mineral que revolucionaria a produtividade e os custos de produção do agricultor. Todavia, cometeu um erro básico na orientação de uso do insumo, ao recomendar a dose incorreta. Isso fez com que a produtividade, mesmo com condições climáticas ideais, caísse para o patamar de 30%.

35. Tal fato impactou diretamente no quesito contas a receber do GRUPO, com 25% de inadimplência em sua carteira de clientes. Cabe dizer que a SUPERBAC se eximiu do problema, trocando a parceria com o GRUPO por outra empresa, dessa vez com a recomendação correta após novos estudos.
36. Em números, ao longo de 7 anos, tem-se que a inadimplência ultrapassou os R\$ 70.000.000,00, sendo que o faturamento acumulado desse mesmo período ficou em torno de R\$ 500.000.000,00, fazendo com que o GRUPO atingisse o impressionante índice de 14% de inadimplência acumulada.
37. ENTRADA DE FUNDOS ESTRANGEIROS. Outro ponto que contribuiu para o aumento dos problemas financeiros do GRUPO FORTALEZA foi a entrada de grandes *players* no mercado. O alto poder de compra que possuem, aliado ao seu baixo custo financeiro, faz com que negociem os mesmos produtos oferecidos pelo GRUPO com uma diferença de 20% no preço, tornando a concorrência demasiadamente desequilibrada.
38. PANDEMIA DE COVID-19 E O AUMENTO NO CUSTO DE MERCADORIA COMPRADA. No final do ano de 2019, o mundo foi surpreendido com a epidemia de um vírus que alterou a realidade de todas as pessoas. Denominada Covid-19, além da terrível letalidade da doença, a economia de todo o globo foi diametralmente prejudicada, pois para conter o surto epidemiológico, teve de haver um isolamento social radical, os *lockdowns*.
39. Todo o sistema moderno, qualquer que fosse a finalidade, sofreu um grande baque, sobretudo porque foram meses apenas para entender de que modo a doença operava.
40. Graças aos avanços científicos, foram desenvolvidos métodos de enfrentamento da epidemia, tornando os surtos controláveis, após inestimáveis perdas.
41. Todavia, mesmo após o abrandamento da pandemia, verificou-se que o panorama econômico-produtivo começou a dar sinais de que estaria entrando novamente nos eixos, porém sem nunca se recuperar totalmente.
42. No agronegócio, a carga de produtos passou a operar com uma demora impressionante, sendo que os fertilizantes e



defensivos agrícolas, por exemplo, passaram a demandar meses para chegar ao seu destino.

43. Surpreendentemente, a maior queixa no mercado não foi com relação ao aumento do tempo de espera para o recebimento dos insumos, mas sim com o grande aumento dos preços. Em níveis mundiais, os maiores fornecedores mundiais de fertilizantes, a exemplo da China, adotaram a estratégia de estocar o produto para se defender da instabilidade nos preços, gerando um impacto direto para os brasileiros que atuam nesse mercado.
44. De acordo com a Confederação Nacional de Agricultura (CNA)<sup>1</sup>, as matérias-primas essenciais dos fertilizantes tiveram alta acima de 100%, tendo o potássio subido 176%, a ureia 130%, e o herbicida glifosato 150%. Essa inflação do setor pode ser explicada pela crise energética, os problemas na logística, especificamente com relação ao armazenamento, e o aumento súbito na demanda.
45. Dentro do problema gerado pelas altas repentinas dos preços, mas sob um diferente aspecto, tem-se a questão do custo de produção. Apesar de o Brasil ser um dos maiores produtores no agronegócio mundial, as estatísticas indicam que mais da metade dos fertilizantes e defensivos utilizados na lavoura são importados, evidenciando a nossa dependência por aquisição de insumos, uma vez que – atualmente – não temos capacidade de suprir tal necessidade internamente.
46. Assim, como a maior parte dos insumos agropecuários são importados e negociados em dólar, a consequência foi o encarecimento do custo de produção, vez que a alta na moeda aumentou o preço desses itens.
47. No gráfico formulado pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, é possível ter uma melhor visualização da oscilação do dólar:

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/faep-avalia-impactos-do-coronavirus-no-agronegocio>. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.



48. Por meio do panorama apresentado, tem-se o retrato das causas que conduziram às dificuldades enfrentadas pelo GRUPO FORTALEZA, que sofreu com a redução nos planos de produção, em decorrência dos surtos crescentes de Covid-19, restrições dos governos à produção, em decorrência dos diversos *lock-downs*, bem como a alta nos preços de aquisição dos insumos agropecuários.
49. Esses eventos deram origem a crise econômico-financeira que se busca sanar. Em que pese os fatos tenham acontecido há 4 (quatro) anos, suas repercussões são atuais e pungentes, restringindo significativamente os recursos disponíveis do GRUPO FORTALEZA.
50. Inicialmente, a estratégia adotada para o enfrentamento da crise foi a de manter o fluxo de caixa para a manutenção das atividades. Recorreu-se, para tanto, às contratações de crédito (empréstimos), vez que a expectativa era a breve retomada da normalidade da operação, sobretudo pela tendência de que o setor agropecuário reduza menos a sua produção em comparação a outros setores da economia, por se tratar de uma cadeia produtiva essencial à sobrevivência das pessoas.
51. Os créditos contratados serviram para manter a atividade funcionando, mas os elevados índices de juros, juntamente com a

modalidade da garantia oferecida, i.e., os imóveis utilizados pelo GRUPO FORTALEZA, tornaram impossível continuar as operações regulares sem um ajuste em sua estrutura de dívidas, o que pretende fazer de forma organizada, transparente e coletiva no âmbito do futuro processo de recuperação judicial a ser ajuizado no prazo legal.

52. Por todas essas razões é que se buscou a tutela cautelar em caráter antecedente, devidamente deferida por esse c. Juízo. Sem esse auxílio do Poder Judiciário, não seria possível ao GRUPO FORTALEZA evitar danos irreversíveis ao seu caixa, essencial para o funcionamento de uma empresa que atua no varejo e impedir que alguns credores se antecipassem para saldar o seu crédito de forma individual, quando é evidente que uma solução coletiva se faz necessária.

### 3. DA VIABILIDADE ECONÔMICA

53. O passivo financeiro atual dos REQUERENTES reflete as medidas que tiveram de ser adotadas para a manutenção da atividade. Considerando, pois, os fatores apresentados anteriormente, verifica-se que não houve um aumento incomum da dívida financeira bruta.
54. Nesse sentido, as despesas operacionais do GRUPO não representam um entrave para a operação, ao que permanece dentro de um padrão aceitável na atividade, representando uma parcela mínima do seu passivo total, sobretudo quando comparadas às dívidas financeiras, decorrentes dos empréstimos.
55. A despeito disso, a realidade contábil do GRUPO FORTALEZA indica sua plena condição de recuperação, porquanto ainda mantém uma receita líquida elevada, que no terceiro trimestre de 2022, apenas a FORTALEZA AGRÍCOLA atingiu o montante acumulado aproximado de R\$ 22.807.271,45, conforme a DRE anexa, atendendo a uma função social relevante.
56. A função social da empresa cuja aplicação autoriza o acolhimento do presente pedido se funda na função social da propriedade prevista nos artigos 5º, XXIII e 170, III da Constituição Federal. A Lei 11.101/2005 como um todo tem esse princípio como um vetor da sua interpretação. Nesse sentido, registre-

se trecho de voto do Ministro Ricardo Lewandowski, tratando sobre a recuperação judicial:

Do ponto de vista teleológico, salta à vista que o referido diploma legal buscou, antes de tudo, garantir a sobrevivência das empresas em dificuldades, não raras vezes derivadas das vicissitudes por que passa a economia globalizada, autorizando a alienação de seus ativos, tendo em conta, sobretudo, a função social que tais complexos patrimoniais exercem, a teor do disposto no art. 170, III, da Maior (RE 583955, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 28/05/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-162 DIVULG 27-08-2009 PUBLIC 28-08-2009 EMENT VOL-02371-09 PP-01716 RTJ VOL-00212-PP-00570)

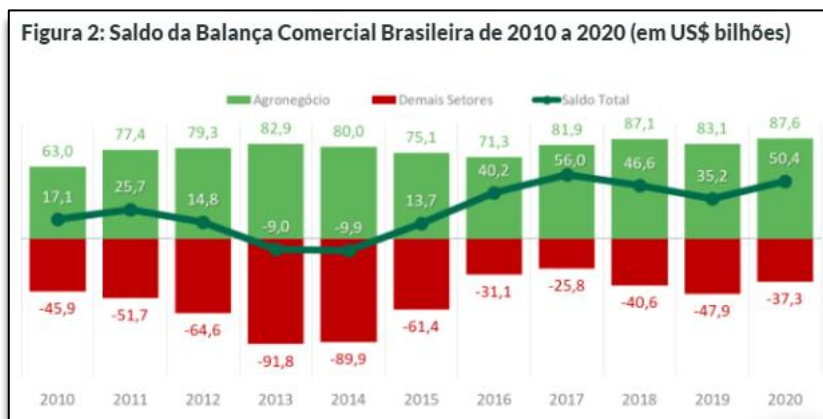
57. No mesmo sentido, registre a lição de Manoel Pereira Calças no mesmo sentido:

“Na medida em que a empresa tem relevante função social, já que gera riqueza econômica, cria empregos e rendas e, desta forma, contribui para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do País, deve ser preservada sempre que for possível. O princípio da preservação da empresa que, há muito tempo é aplicado pela jurisprudência de nossos tribunais, tem fundamento constitucional, haja vista que nossa Constituição Federal, ao regular a ordem econômica, impõe a observância dos postulados da função social da propriedade (art. 170, III), vale dizer, dos meios de produção ou em outras palavras: função social da empresa. O mesmo dispositivo constitucional estabelece o princípio da busca pelo pleno emprego (inciso VIII), o que só poderá ser atingido se as empresas forem preservadas”.

58. Assim, a presente medida cumpre com a finalidade de proporcionar a criação do plano estratégico condutor da redução significativa das dívidas do GRUPO FORTALEZA, ponderando-se entre a manutenção da atividade, preservação de empregos e importância para a posição do país no cenário mundial do agronegócio.

59. Como dito, para os diversos empréstimos contratados, foram oferecidos como garantia os bens de capital do GRUPO FORTALEZA, sendo que a iminência dos vencimentos dos elevados valores principais e encargos, com riscos reais da tomada das unidades de produção para a satisfação das dívidas, reclamam a readequação do perfil de tais despesas.
60. Ainda que tais bens sejam de extrema relevância para as atividades, ao realizar um levantamento dos meios para a quitação dos débitos existentes, verificou-se os próprios contratos de crédito limitam as possibilidades de negociação das dívidas. Uma estratégia impossível de ser efetivada extrajudicialmente é com relação a alienação dos ativos (imóveis), pois isso acarretaria, automaticamente, o vencimento antecipado da dívida e da responsabilização pelas perdas e danos, ante a previsão de que a parte “obriga-se, desde já, e até a plena e final liquidação da dívida garantida a não alienar, gravar, locar ou ceder em comodato o bem hipotecado ou por qualquer forma dele dispor”.
61. Não se pode olvidar que o campo de atuação do GRUPO FORTALEZA oferece a confiança de que o reescalonamento das dívidas, em condições factíveis para todas as partes, trará grandes retornos a médio e longo prazo, beneficiando não só os credores/devedores, mas a coletividade de pessoas direta e indiretamente atingida com a atividade desempenhada pelos REQUERENTES.
62. O agronegócio ocupa papel importantíssimo dentro da economia brasileira. Como se observa<sup>2</sup>, o superávit comercial do agronegócio brasileiro tem mais que superado o déficit comercial dos demais setores da economia brasileira:

<sup>2</sup> Comunicado Técnico do VBP, Novembro/2021 – Confederação Nacional da Agricultura. Dados até setembro e preços corrigidos pelos IGP-DI. Valor Bruto da Produção Agropecuária em 2020, a preços de outubro de 2021.



63. Além do mais, é do Brasil a posição de maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos, carnes bovina e de frango. Sem contar o terceiro lugar mundial na exportação de milho, e o quarto lugar de carne suína<sup>3</sup>:



64. Nesse aspecto, os dados indicam que existe um campo fértil a ser explorado, com crescimento esperado, devendo, pois, ser propiciado ao GRUPO FORTALEZA a oportunidade de se reinventar, sobretudo por se tratar de figura conhecida, consolidada e respeitada no setor.

65. Portanto, é evidente que o GRUPO FORTALEZA, em razão da sua magnitude econômica e importância na atividade, tem total capacidade de superar a crise vivenciada, sendo a

<sup>3</sup> Exceto 2014 quando o superávit da Balança Comercial do Agronegócio foi de USD 80,13 bilhões e o déficit dos demais setores foi de USD 84,18 bilhões.



recuperação judicial um expediente indispensável para sua reestruturação.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

66. Nos estritos termos da LREF, a recuperação judicial “tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”<sup>4</sup>.

67. Nesse sentido, à luz da nova fase da preservação da empresa inaugurada pela LREF, busca-se a intervenção do Poder Judiciário para ajustar “a estruturação de uma negociação coletiva para a superação da crise econômico-financeira do devedor”<sup>5</sup>.

68. Para tanto, é necessário que se tenha o preenchimentos de todos os requisitos para propositura do pedido recuperacional, em especial aqueles previstos no art. 48<sup>6</sup> da LREF, permitindo,

<sup>4</sup> Art. 47 da LREF.

<sup>5</sup> SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2021, p. 124.

<sup>6</sup> Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

[...]

§ 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente.

assim, que o devedor recorra a um processo de recuperação judicial para implementar a nova etapa de sua reestruturação de forma ordenada, coletiva e transparente.

69. Nesse contexto, o histórico do GRUPO FORTALEZA confirma a seriedade do pedido de recuperação ora formulado, além de demonstrar sua capacidade para efetivamente alcançar a recuperação das empresas, pois:

- a. Os REQUERENTES exercem regularmente suas atividades há muito mais do que os dois anos exigidos pela LREF;
- b. jamais foram falidos;
- c. não obtiveram a concessão de recuperação judicial há mais de 5 anos; e
- d. seus administradores e sócios controladores jamais foram condenados pela prática de crimes falimentares, bem como estão providenciando os documentos necessários para o ajuizamento do pedido principal.

70. Atendidos os pressupostos genéricos para o deferimento da recuperação judicial, informa-se que, nesta oportunidade, estão sendo apresentados todos os documentos previstos no art.51 da LREF, quais sejam: (i) as demonstrações contábeis relativas aos três últimos exercícios sociais de cada uma das impetrantes<sup>7</sup>, (ii) relação completa dos credores, (iii) relação

§ 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente.

§ 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, no que diz respeito ao período em que não for exigível a entrega do LCDPR, admitir-se-á a entrega do livro-caixa utilizado para a elaboração da DIRPF.

§ 5º Para os fins de atendimento ao disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, as informações contábeis relativas a receitas, a bens, a despesas, a custos e a dívidas deverão estar organizadas de acordo com a legislação e com o padrão contábil da legislação correlata vigente, bem como guardar obediência ao regime de competência e de elaboração de balanço patrimonial por contador habilitado.

<sup>7</sup> Os documentos referentes a 2023, a saber, as demonstrações de

dos empregados, (v) certidões de regularidade de registro, (vi) a relação dos bens particulares dos controladores e administradores, (vii) extratos atualizados das contas bancárias de cada uma das impetrantes, (viii) certidões dos cartórios de protestos e (ix) relação das ações judiciais em curso<sup>8</sup>.

71. Por último, cumpre ressaltar o fato de o GRUPO FORTALEZA desempenhar, há anos, papel de destaque na economia nacional, com a geração de centenas de empregos diretos e indiretos que movimentam a economia brasileira e, em especial, a dos Estados do Goiás, Tocantins e Pará.
72. Não fosse isso, a mera cogitação da falência do GRUPO FORTALEZA já traz impactos substanciais ao agronegócio brasileiro, porquanto além de ser peça importante para a economia nacional, o GRUPO FORTALEZA auxilia no desenvolvimento de outros pequenos e médios produtores, que também atuam no agronegócio.
73. Eventual saída do mercado de uma das maiores empresas de agropecuária da região afetaria a produção de alimentos, e a circulação de insumos e tecnologias essenciais para o desenvolvimento do agronegócio, com repercussão direta para milhares de pessoas, diversas empresas e produtores rurais.
74. Todo esse potencial está ameaçado pela iminente cobrança de dezenas de milhões de reais em curtíssimo tempo, expondo o GRUPO FORTALEZA a um cenário pré-falimentar, em razão não apenas da falta de caixa para quitar a dívida, como pelo risco de vencimentos antecipados e cruzados, decorrentes dos contratos financeiros pactuados com Bancos Nacionais.
75. O GRUPO FORTALEZA depende do deferimento do processamento da recuperação judicial para viabilizar a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos

resultado desde o último exercício social, estão em fase de conclusão, assim como o relatório de fluxo de caixa com a projeção e serão juntados tão logo tenham sido concluídos.

<sup>8</sup> Especificamente com relação a VALDIRON, os documentos são ligeiramente diferentes, sendo certo que a DIRPF e o LCDPR do exercício de 2022 serão apresentados a esse c. Juízo assim que tiverem sido enviados à Receita Federal dentro do prazo legal – 31.5.2023.

interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

76. É imprescindível, portanto, que se garanta o processamento da presente recuperação judicial, na qual está em jogo os interesses de diversos credores (muitos deles empregados e pequenos fornecedores), evitando-se assim as conhecidas e graves consequências da falência.

#### 4.1. DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EDÉIA PARA O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

77. Nos termos dos arts. 3º e 69-G, §2º, da LFRJ, o foro competente para deferir a recuperação judicial é o juízo do local do “principal estabelecimento” do grupo empresarial, quando se pedir que a recuperação judicial se processe sob consolidação processual.
78. Ocorre que a principal empresa do GRUPO FORTALEZA é desenvolvida pela sociedade empresária que lhe dá o nome, a saber, a FORTALEZA AGRÍCOLA LTDA. que, desde a sua fundação, opera no mesmo endereço, a saber, Avenida Washington Luiz, s/nº, Quadra 03, Lote 03, Setor Estrela D’alva, na cidade de Edéia, Estado de Goiás, CEP: 75.940-000 que, não por acaso, é o endereço de sua matriz.
79. A FORTALEZA AGRÍCOLA possui outras oito filiais que, todavia, são apenas pontos comerciais para escoamento do estoque adquirido e organizado pela sua matriz que fica na cidade de Edéia.
80. É em Edéia, ademais, o endereço em que a tomada de decisões estratégicas e administrativas são tomadas pelo Sr. VALDIRON e por todo o seu *staff* administrativo e contábil.
81. É, portanto, em Edéia que se concentra o maior volume de negócios do GRUPO FORTALEZA e, também, onde se encontra o centro de governança dos negócios sendo, portanto, o local do seu principal estabelecimento.
82. Nesse sentido, sendo a hipótese de recuperação judicial na qual se flagra a multiplicidade de estabelecimentos em

localidades diversas, a doutrina sinaliza que o critério definidor da competência será o econômico, veja-se<sup>9</sup>:

Caso o devedor tenha um único estabelecimento, inexistem dúvidas sobre qual é o foro competente para processar sua recuperação ou sua falência. Não raro, porém, o devedor possui dois ou mais estabelecimentos unidades fabris, centros de distribuição, lojas, escritórios administrativos. Para esses casos, importa saber qual critério define a prevalência de um estabelecimento sobre os demais, para fins de fixação da competência relativamente às principais ações da LREF. [...]

O entendimento predominante aponta como principal estabelecimento o local onde são exercidas as atividades mais importantes da empresa ('centro das atividades') e provavelmente onde se encontram os seus principais ativos, ou seja, onde ela é mais expressiva em termos patrimoniais.

83. Esse entendimento é o que tem prevalecido nos Tribunais Superiores, a exemplo do seguinte precedente do c. Superior Tribunal de Justiça:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DO PARÁ. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS E MEDIAÇÃO ANTECEDENTE A PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS CAUTELARES. JUÍZO COMPETENTE PARA O PEDIDO PRINCIPAL. ESTABELECIMENTO PRINCIPAL DO DEVEDOR. CRITÉRIO ECONÔMICO: MAIOR VOLUME DE NEGÓCIOS DA EMPRESA E CENTRO DE GOVERNANÇA DOS NEGÓCIOS. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA PAULISTA.

1. Também no procedimento de recuperação judicial vigora a máxima de que a competência para o conhecimento e julgamento de pedido cautelar é do Juízo competente para conhecer e julgar o pedido principal de recuperação judicial.

2. Nos termos do art. 3º da Lei 11.101/2005, o juízo competente para o pedido de recuperação judicial é o do foro de situação do principal estabelecimento do devedor, assim considerado o local mais

<sup>9</sup> SPINELLI, Luís Felipe. Recuperação de Empresas e Falência, 2ª ed., p. 135/136.

importante das atividades empresárias, ou seja, o de maior volume de negócios e centro de governança desses negócios.

3. Esse entendimento é ainda mais adequado quando se trata de sociedades empresárias de grande porte, dedicadas a complexas atividades econômicas de produção e circulação de bens e serviços, como as de produção de commodities agrícolas, minerais e florestais, hipóteses em que, enquanto a produção e extração são processadas no interior do país, em vastas áreas nos territórios de diversos Estados, ou mesmo em alto mar, como nos casos de petróleo e gás, o centro nevrálgico do empreendimento, onde tomadas as decisões e realizadas as principais transações, é situado em distantes grandes centros urbanos, empresariais e financeiros.

4. Não se pode perder de vista a extrema complexidade e necessária interligação de atividades e negócios na gigantesca engrenagem do mundo capitalista globalizado, caracterizado pela diversidade de especializadas contratações inter-relacionadas, envolvendo, frequentemente, densa cadeia produtiva abrangendo exportação, câmbio, transporte marítimo, venda antecipada da produção, negociação em bolsas de mercadorias e financiamento das atividades.

5. É esse o contexto sob exame, em que as complexas atividades da devedora vão desde a extração mineral, realizada no interior do Estado do Pará, até as inúmeras contratações celebradas em centro metropolitano, onde se identifica o local mais importante das operações sociais, por ser abrangente do maior volume de negócios e do núcleo decisório da sociedade, situado na cidade de São Paulo, como o principal estabelecimento da sociedade suscitada.

6. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência da Justiça do Estado de São Paulo.

(CC n. 189.267/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 28/9/2022, DJe de 13/10/2022.)



#### 4.2. DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

84. O art. 69-G da Lei n. 11.101/2005 permite que “os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual”. Basta que as sociedades integrem um grupo, sob controle comum, preencham individualmente os requisitos e juntem a documentação exigida, individualmente, para cada integrante.
85. Os REQUERENTES, de forma interligada, integrada e coordenada, constituem um único grupo econômico para a execução de suas atividades, uma vez que todas as atividades econômicas das requerentes são exercidas sob a direção única do Sr. VALDIRON.
86. Como se depreende dos atos constitutivos juntados aos autos, a despeito da autonomia jurídica dos integrantes do grupo, há um único administrador e sócio para todas as sociedades, a saber, o Sr. VALDIRON que, ademais, também é um dos REQUERENTES na qualidade de empresário rural sendo que os bens, direitos e obrigações são tratados de forma unitária e conjunta, com foco para o atingimento dos objetivos do negócio.
87. Além da consolidação processual, o presente caso também justificará a consolidação substancial que representa uma consolidação dos ativos e passivos de todas as requerentes pertencentes ao mesmo grupo, mediante a apresentação de um plano de recuperação judicial unitário que vinculará indistintamente todos os credores.
88. No caso, há uma interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores (confusão patrimonial). Além disso, a unidade jurídica das integrantes do GRUPO FORTALEZA está mais que comprovada pela (i) existência de garantias cruzadas, como se verifica das cédulas de crédito e relações de avais; (ii) relação de controle e dependência, sendo que os comandos são proferidos por um único administrador, sr. VALDIRON; (iii) identidade total do quadro societário, como dito acima; (iv) atuação conjunta no mercado em questão; e (v) a pluralidade de mútuos entre partes relacionadas para ocorrer o subsídio cruzado entre as atividades de todas as requerentes.

89. Assim, a reestruturação do passivo das três sociedades e do empresário individual rural (produtor rural) deve acontecer em observância à consolidação processual e substancial. A primeira em atenção à economia processual, ante a existência do grupo. A outra em razão da excepcionalidade do caso, haja vista a interconexão e confusão entre ativos e passivos dos devedores, que torna necessária a existência de um único plano de pagamento de toda a dívida, ao qual todos os REQUERENTES se responsabilizarão de forma solidária.
90. Por tais motivos é que a recuperação judicial deve ser processada em consolidação processual e substancial, tendo em vista a situação da crise experimentada deverá ser equacionada de forma simultânea e idêntica para todos os REQUERENTES, nos termos do art. 69-J da LREF, veja-se:

Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:

- I - existência de garantias cruzadas;
- II - relação de controle ou de dependência;
- III - identidade total ou parcial do quadro societário; e
- IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

91. Até porque, com o advento da Lei nº 14.112/20, que alterou e incluiu novos dispositivos na LREF, a possibilidade de processamento de recuperação judicial em litisconsórcio ativo formado por sociedades do mesmo grupo econômico, outrora admitida pela remansosa jurisprudência, restou positivada<sup>10</sup>, alcançando a realidade fática dos REQUERENTES.

<sup>10</sup> Art. 69-G.LREF. Os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão

92. Dessa maneira, deve ser reconhecido o litisconsórcio ativo entre os REQUERENTES, para que a recuperação judicial seja processada em *consolidação processual e substancial*, em consideração aos artigos 69-G e 69-J da LREF, respectivamente.

#### 4.3. DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

93. De acordo com o art. 24 da LREF, a remuneração do administrador judicial será fixada pelo juiz que “levará em consideração fatores como a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade dos trabalhos e os valores praticados no mercado para o exercício de atividades semelhantes”<sup>11</sup>.
94. A capacidade de pagamento do devedor deve ser vista como a aptidão real do devedor para arcar com o custeio desses honorários, a fim de se evitar uma remuneração demasiadamente vultuosa que a torne inviável.
95. O grau de complexidade dos trabalhos está vinculado à complexidade do trabalho realizado.
96. Já os valores praticados no mercado são obtidos com base numa análise comparativa entre os valores que normalmente são exigidos pelos profissionais que atuam no ramo. Nesse sentido<sup>12</sup>:

Não existe valor mínimo ou máximo pelo qual se possa quantificar e tabelar a remuneração do administrador judicial. O juiz verificará outros

requerer recuperação judicial sob consolidação processual.

§ 1º Cada devedor apresentará individualmente a documentação exigida no art. 51 desta Lei.

§ 2º O juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores é competente para deferir a recuperação judicial sob consolidação processual, em observância ao disposto no art. 3º desta Lei.

§ 3º Exceto quando disciplinado de forma diversa, as demais disposições desta Lei aplicam-se aos casos de que trata esta Seção.

<sup>11</sup> BERTASI, Maria Odete Duque. Administrador judicial - Comitê e Assembleia de Credores na Lei de Recuperação de Empresas e Falência. In: MACHADO, Rubens Approbato (Coord.). Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p.130.

<sup>12</sup> CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito empresarial esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.888.

elementos, no momento da fixação da remuneração, tais como o tempo provável de duração do processo, a dificuldade de acesso aos bens e documentos do falido, a necessidade de locomoção a outros estados. O valor da remuneração, portanto, será baseado em um critério de razoabilidade, uma vez que tal ato praticado pelo juiz é daqueles que se inserem nas suas atribuições administrativas, em que um juízo de conveniência e oportunidade, discricionariedade, portanto, substitui a necessidade de uma fundamentação jurídica convincente e irreparável.

97. Embora haja discricionariedade na decisão judicial, não se pode olvidar do limite legal trazido pelo art. 24 da LREF, no teto de 5% do valor dos créditos relativos à recuperação judicial.
98. Diante disso, na ocasião do estabelecimento da verba devida ao administrador judicial, pugna-se que a fixação ocorra em patamar numerário que não venha representar óbice ao objetivo principal da recuperação judicial, qual seja, o soerguimento dos devedores e a manutenção de suas atividades.

## **5. DOS PEDIDOS**

99. Do exposto, pede-se:
  - a. o deferimento do processamento da recuperação judicial;
  - b. a intimação do Ministério Público e das Fazendas Públicas, a fim de que informem os créditos eventualmente existentes;
  - c. a suspensão de todas as ações e execuções, com a expedição de ofícios aos respectivos juízos informando a suspensão dos processos, nos termos do art.6º da LREF;
  - d. seja consignada a proibição da venda ou retirada de bens essenciais às atividades do GRUPO, inclusive de direitos creditórios essenciais à manutenção de suas

atividades operacionais, nos termos do art. 49, §3º da LREF;


- e. a dispensa da apresentação de certidões negativas para o exercício das atividades do GRUPO;
- f. a determinação da publicação de edital para que os credores apresentem, no prazo legal, as divergências e habilitações de crédito, nos termos do art. 52, §1º da LREF; e
- g. a determinação da apresentação, no prazo legal, do plano de recuperação judicial.

100. Dá-se a causa, para fins fiscais, o valor de R\$ 125.190.887,26.

101. Por oportuno, requer-se que as futuras intimações sejam publicadas, exclusivamente, em nome dos advogados Henrique Haruki Arake Cavalcante, inscrito na OAB/DF sob o nº 29.584, e Marlon Tomazette, inscrito na OAB/DF sob o nº 14.006, sob pena de nulidade.

Termos em que pedem deferimento.

Brasília, 10 de maio de 2023.

  
Marlon Tomazette  
OAB/DF 14.006

  
Henrique Arake  
OAB/DF 29.584

Fabrizio Caldeira Landim  
OAB/GO 20.073

José Alberto Silva Jr.  
OAB/GO 43.625

## Rol de Documentos

### FORTALEZA AGRÍCOLA LTDA.

- Doc. 1. Balanço e DRE de 2020
- Doc. 2. Balanço e DRE de 2021
- Doc. 3. Balanço e DRE de 2022
- Doc. 4. Balancete e DRE até abril de 2023 - PENDENTE
- Doc. 5. Relatório de Fluxo de Caixa - PENDENTE
- Doc. 6. Relação Completa dos Credores
- Doc. 7. Relação dos Empregados
- Doc. 8. Certidões de Regularidade de Registro
- Doc. 9. Contrato Social
- Doc. 10. Relação dos Bens Particulares dos Controladores e Administradores;
- Doc. 11. Extratos Atualizados das Contas Bancárias;
- Doc. 12. Certidões dos Cartórios de Protestos;
- Doc. 13. Relação das ações judiciais em curso.
- Doc. 14. Relatório do passivo fiscal
- Doc. 15. Relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante

### FORTALEZA PARTICIPAÇÕES LTDA

- Doc. 16. Balanço e DRE de 2020
- Doc. 17. Balanço e DRE de 2021
- Doc. 18. Balanço e DRE de 2022
- Doc. 19. Balancete e DRE até abril de 2023 - PENDENTE
- Doc. 20. Relatório de Fluxo de Caixa - PENDENTE
- Doc. 21. Relação Completa dos Credores
- Doc. 22. Relação dos Empregados
- Doc. 23. Certidões de Regularidade de Registro
- Doc. 24. Contrato Social
- Doc. 25. Relação dos Bens Particulares dos Controladores e Administradores;
- Doc. 26. Extratos Atualizados das Contas Bancárias;
- Doc. 27. Certidões dos Cartórios de Protestos;
- Doc. 28. Relação das ações judiciais em curso.
- Doc. 29. Relatório do passivo fiscal
- Doc. 30. Relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante



**FG5 COMÉRCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.**

- Doc. 31. Balanço e DRE de 2020
- Doc. 32. Balanço e DRE de 2021
- Doc. 33. Balanço e DRE de 2022
- Doc. 34. Balancete e DRE até abril de 2023 - PENDENTE
- Doc. 35. Relatório de Fluxo de Caixa - PENDENTE
- Doc. 36. Relação Completa dos Credores
- Doc. 37. Relação dos Empregados
- Doc. 38. Certidões de Regularidade de Registro
- Doc. 39. Contrato Social
- Doc. 40. Relação dos Bens Particulares dos Controladores e Administradores;
- Doc. 41. Extratos Atualizados das Contas Bancárias;
- Doc. 42. Certidões dos Cartórios de Protestos;
- Doc. 43. Relação das ações judiciais em curso.
- Doc. 44. Relatório do passivo fiscal
- Doc. 45. Relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante

**VALDIRON EUGENIO DA SILVA**

- Doc. 46. DIRPF 2021
- Doc. 47. DIRPF 2022 - PENDENTE
- Doc. 48. LCPDR 2021
- Doc. 49. LCPDR 2022 - PENDENTE
- Doc. 50. Relação Completa dos Credores
- Doc. 51. Relação dos Empregados
- Doc. 52. Certidões de Regularidade de Registro
- Doc. 53. Extratos Atualizados das Contas Bancárias;
- Doc. 54. Certidões dos Cartórios de Protestos;
- Doc. 55. Relação das ações judiciais em curso.
- Doc. 56. Relatório do passivo fiscal